

Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Sé - Guarda
Ata nº 14

----- Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, reuniram, pelas dezoito horas, na sala número quatro da escola sede do Agrupamento de Escolas da Sé, os representantes eleitos e indicados para o Conselho Geral do referido Agrupamento. Estiveram presentes todos os elementos convocados, à exceção dos conselheiros: Amélia Fernandes, Alfredo Madeira, Cristina Vicente, Noémia Martins, Maria de Fátima Gonçalves e Hugo Terras. -----

----- Da ordem de trabalhos da reunião constavam os seguintes pontos: -----

----- Ponto um: Tomada de posse dos novos Conselheiros; -----

----- Ponto dois: Análise do relatório de Conta de Gerência; -----

----- Ponto três: Análise dos relatórios dos resultados do primeiro período; -----

----- Ponto quatro: Análise dos Documentos do Mecanismo Nacional Anticorrupção; -----

----- Ponto cinco: Nomeação das Comissões Eleitorais para o Orçamento Participativo;. -----

----- Ponto seis: Análise do Report do Projeto Kaizen no Agrupamento; -----

----- Ponto sete: Análise da utilização dos telemóveis no meio escolar; -----

----- Ponto cinco: Outros Assuntos. -----

----- A reunião iniciou-se com a tomada de posse, sob compromisso de honra, como membros do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Sé, os representantes de Pais e Encarregados de Educação: Hugo Fernandes e Nuno Silva. -----

----- O Diretor do Agrupamento de Escolas e a Presidente do Conselho Geral manifestaram as boas vindas aos novos elementos. -----

----- No ponto dois, foi analisado o Relatório de Conta de Gerência. Assim, foram apresentados os documentos de receita e de despesa relativos ao período de um de janeiro e trinta e um de dezembro de 2024. Verificou-se que o total de receitas foi de 13.239.348,01 € (treze milhões duzentos e trinta e nove mil trezentos e quarenta e oito euros e um cêntimo) e que o total de despesa foi de 13.141.929,02 € (treze milhões cento e quarenta e um mil novecentos e vinte e nove euros e dois cêntimos). Relativamente a transações de fundos alheios existiu um total de recebimentos de 741.517,81 € (setecentos e quarenta e um mil quinhentos e dezassete euros e oitenta e um cêntimos) e um total de pagamentos de 771.659,49 € (setecentos e setenta e um mil seiscentos e cinquenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos). No que respeita à análise do mapa "Balanço" foi verificado, que à data final do exercício, o total do ativo era de 222.298,71 € (duzentos e vinte e dois mil duzentos

e noventa e oito euros e setenta e um cêntimos), o património líquido totalizava 211.973,17 € (duzentos e onze mil novecentos e setenta e três euros e dezassete cêntimos), e o passivo era de 10.325,54 € (dez mil trezentos e vinte e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos). Da análise do mapa "Demonstração de Resultados" verifica-se que o total de rendimentos foi de 13.239.348,01 € (treze milhões duzentos e trinta e nove mil trezentos e quarenta e oito euros e um cêntimo) e que o total de gastos foi de 13.137.181,78 € (treze milhões cento e trinta e sete mil cento e oitenta e um euros e setenta e oito cêntimos). O resultado líquido do exercício apurado foi de 102.166,23 € (cento e dois mil cento e sessenta e seis euros e vinte e três cêntimos). No início do período o saldo da gerência anterior era de 76.565,22 € (setenta e seis mil quinhentos e sessenta e cinco euros e vinte e dois cêntimos) em termos de execução orçamental e de 9.283,43 € (nove mil duzentos e oitenta e três euros e quarenta e três cêntimos) relativos a operações de tesouraria. No final do período o saldo para a gerência seguinte foi de 97.418,99 € (noventa e sete mil quatrocentos e dezoito euros e noventa e nove cêntimos) em termos de execução orçamental e de -20.858,25 € (menos vinte mil oitocentos e cinquenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos) relativos a operações de tesouraria. -----

----- O conselheiro Orlando Faísca referiu que ainda relativamente a este ponto gostaria de salientar a importância da otimização dos assistentes operacionais. A conselheira Carla Cruz informou que apesar destes pertencerem à Câmara Municipal, que procede ao seu pagamento é o Agrupamento de Escolas que faz a gestão/distribuição dos serviços, à exceção da CAF e AAAF que é da competência da Câmara Municipal, salientando ainda, haver um défice de pessoal por se encontrar muita gente de baixa médica, tornando-se mais difícil de gerir. -----

----- A conselheira Maria Reis, também salientou, que há muitos assistentes operacionais à beira da reforma e o problema vai ser maior, sugerindo a possibilidade de se recorrer ao IEF. No entanto, a conselheira Carla Cruz referiu que este processo não é fácil, há candidaturas e alguns constrangimentos neste processo.-----

----- O conselheiro Orlando Faísca lançou uma sugestão, medir mensalmente a percentagem de baixas médicas do pessoal não docente e tentar motivar as pessoas para o serviço.-----

----- O conselheiro António Baltazar sugeriu que o próximo relatório viesse com as legendas às rubricas para um melhor entendimento e compreensão.-----

----- De seguida, o Relatório de Conta de Gerência foi aprovado por unanimidade -----

----- No ponto três foram analisados os relatórios dos resultados do primeiro período. -----

----- Da análise do relatório respeitante ao Pré-escolar, o Conselho Geral debruçou-se sobre os problemas apontados pelas docentes. -----

----- Continua a ser referido que há falta de resposta oficial para todas as crianças que necessitam de terapias, uma vez que alguns pais continuam a ter que recorrer a particulares. -----

----- Nalguns estabelecimentos do Pré-escolar, a estabilidade das assistentes técnicas torna-se uma necessidade premente. Algumas são contratadas por meio dos Programas Ocupacionais (POC), o que resulta numa alta taxa de rotatividade, o que afeta negativamente a continuidade e a qualidade dos serviços prestados. Sente-se também a necessidade de formação contínua, nomeadamente na gestão de comportamentos, conflitos e integração. -----

----- As docentes referem que a principal dificuldade em algumas instituições no desenvolvimento do plano de turma deve-se à instabilidade do corpo docente e a constrangimentos como: elevado número de crianças no grupo, a inclusão de crianças com limitações e dificuldades em fazer aprendizagens e a falta de educadores em apoio psicopedagógico e/ou dentro da sala. -----

----- Assim, estas consideram importante a redução do número de alunos por turma, quando incluem crianças com muitas dificuldades no desenvolvimento/aprendizagem, bem como a implementação de um apoio direto com atividades de reforço ou de antecipação do ensino da língua portuguesa às crianças emigrantes. -----

----- É também referido que, relativamente às Atividades de Animação e Apoio à Família, ainda persiste a falta de colaboração entre a Câmara Municipal e as educadoras responsáveis de estabelecimento, para sincronizar os horários, as férias das técnicas animadoras e folgas que afetam os serviços. Sugerem que a Autarquia e o Agrupamento deveriam estudar a melhor forma de ter uma bolsa de pessoal de substituição com formação específica. -----

----- A conselheira Carla Cruz não concordou, salientando que cada docente responsável pelo estabelecimento é que faz a gestão de horários, folgas e férias das técnicas animadoras e comunica à Câmara Municipal. -----

----- Relativamente à apresentação dos resultados do primeiro, segundo e terceiro ciclos e do ensino secundário, o Conselho Geral congratula o facto desta nova forma permitir uma interpretação mais rápida e fácil dos mesmos. Quanto à análise dos resultados efetuada por cada grupo disciplinar, o Conselho Geral verificou os problemas e as propostas apresentadas para a resolução dos mesmos. --

----- No ponto quatro, foram analisados e aprovados os documentos que integram o Mecanismo Nacional Anticorrupção propostos para o Agrupamento, tais como: o Código de Conduta e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Agrupamento. -----

----- De seguida, passámos ao ponto cinco, onde foram nomeadas para a Comissão Eleitoral para o Orçamento Participativo da Escola da Sé, o docente Alberto Capelo Marques e as alunas Carolina

Leite Santos, Núria Filipa dos Reis Barata e Leonor dos Santos Costa. Para a Comissão Eleitoral para o Orçamento Participativo da Escola Carolina Beatriz Ângelo foi nomeada a docente Carla Susana Ferreira Cruz e os alunos Lara Bispo Gaspar, Dinis Maria dos Santos Paraíso Vieira, Leonor Moura Hilário e Mariana da Costa Pacheco. -----

----- No ponto seis foi analisado o “Report do Projeto Kaizen no Agrupamento”. O principal objetivo do projeto prende-se com a implementação de reuniões de turma com análise dos indicadores, plano de trabalho e dinâmicas de resolução de problemas, considerando uma amostra de oito turmas piloto (duas de terceiro ano, duas de quarto, duas de quinto, uma de décimo e uma de décimo segundo). Este projeto surgiu no âmbito de uma parceria com a empresa “Floresta Bem Cuidada”, com o objetivo de permitir a capacitação dos jovens na resolução estruturada de problemas, bem como a criação de uma cultura de melhoria contínua. Assim, através deste projeto, os alunos têm conseguido melhorar o seu comportamento na aula, assiduidade, pontualidade, realização dos trabalhos de casa, horas de sono e reduzir o tempo de utilização do telemóvel. -----

----- A conselheira Carla Teixeira referiu que está aplicar o projeto na sua turma e está a ter sucesso, sentindo os alunos mais empenhados, autónomos e responsáveis.-----

----- O conselheiro Nuno Silva salientou que este projecto poderá ser uma ferramenta muito boa, que de futuro lhes poderá proporcionar oportunidades de aprendizagem. A maioria dos conselheiros considerou que seria benéfico começar a sua implementação nas idades iniciais. -----

----- O Conselho Geral agradeceu à empresa “Floresta Bem Cuidada” o patrocínio deste projeto. ---

----- O conselheiro Orlando Faísca informou ainda que o objetivo do projeto é também para que os alunos saiam cada vez mais bem preparados, e convictos em recomendar a sua escola/Agrupamento para outros amigos, assim atrair pessoas e empresas para a nossa região. -----

----- No ponto sete, análise da utilização dos telemóveis no meio escolar, a Presidente do Conselho Geral informou que os resultados do questionário que foi enviado a todos os docentes para uma auscultação sobre a temática “telemóveis na escola”, indicam que oitenta e cinco por cento dos docentes concordam com a proibição da utilização de telemóveis, dentro do recinto escolar. Perante esta informação, os elementos Conselho Pedagógico propuseram a proibição nos três ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, sugerindo aos alunos que não se façam acompanhar deste equipamento. -----

----- A Conselheira Cristina Vicente, após receber a Convocatória para esta reunião, informou a Presidente deste Conselho Geral que não iria estar presente por estar em Londres em Visita de Estudo. No entanto, deixou a seguinte opinião: “Sou contra a proibição do uso do telemóvel na escola, uma

vez que a escola tem que ser também um meio de adaptação dos alunos à sociedade, proibir uma tecnologia presente em todas as casas todos os dias seria um contrassenso. Apesar da minha opinião, caso a maioria decida pela proibição, acatarei a decisão, mas com a condição de que os telemóveis fiquem em casa, à guarda dos pais, e não coloquem na escola e nos professores o papel de "polícia" que controla o seu uso. Os professores ensinam e já controlam coisas a mais como o respeito e o silêncio que tem que existir quando se está a explicar a metodologia/conteúdo a explorar na aula.” --

----- O representante dos alunos Tiago Pires começou por referir que esta medida tinha vantagens e desvantagens. Sendo que, como aspeto negativo da utilização de telemóveis em recinto escolar seria essencialmente a falta de socialização mais evidente no segundo e terceiro ciclo, bem como a distração dos alunos dentro da sala de aula que apesar de já ser proibido, nem sempre é cumprido.---

----- O conselheiro António Baltazar corroborou com a opinião do representante dos alunos, salientando ainda para a necessidade de uma sensibilização para o uso correto do telemóvel e um trabalho partilhado com os pais no primeiro ciclo. Considerando ele, que não havia necessidade da proibição bastando aplicar-se o Regulamento Interno.-----

----- De seguida, após debate sobre a proibição utilização dos telemóveis no recinto escolar, procedeu-se à votação: no primeiro ciclo aprovada por unanimidade; no segundo ciclo zero votos contra, cinco abstenções e dez votos a favor da proibição - aprovado; no terceiro ciclo quatro votos contra, uma abstenção e dez votos a favor da proibição – aprovado; no secundário quinze votos contra, zero abstenções, zero votos a favor da proibição- não aprovado.-----

----- No Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas da Sé o artigo z) do segundo ponto dos Deveres dos Alunos passou a ter a seguinte redação: z) Não utilizar telemóveis/smartphones, em todos os espaços escolares, pelos alunos do 1º, 2º e 3º ciclos de escolaridade. Excetuam-se os casos justificados por razões de saúde, alunos cuja língua materna não seja o português e o smartphone seja utilizado como instrumento de tradução ou quando a utilização dos equipamentos esteja diretamente relacionada com as atividades pedagógicas a desenvolver e seja expressamente autorizada pelos docentes; -----

----- Após votação espera-se que a Direção do Agrupamento proceda à regulamentação da situação. Salientando os representantes do Pais e Encarregados de Educação que gostariam que ainda fosse possível a sua implementação no início do terceiro período e que os professores podem sempre solicitar a utilização do computador caso haja necessidade pedagógica para a sua utilização. -----

----- No ponto cinco, outros assuntos, a Presidente do Conselho Geral, informou que a Escola Secundária da Sé irá promover cinco dias de Campo de Férias (de sete a onze de julho), tal como a

Escola Carolina Beatriz Ângelo. Para tal, aguarda resposta da Câmara Municipal à solicitação de transporte. -----

----- A Presidente do Conselho Geral, agradeceu à Câmara Municipal o grande investimento na construção do novo Pavilhão Gimnodesportivo da Escola da Sé. Contudo, sublinha a urgência na troca dos vidros na sala de ginástica deste Pavilhão para vidros próprios para esta instalação desportiva, visto que tal facto inviabiliza a utilização da mesma. Também se tem verificado várias infiltrações quer dentro do Pavilhão, quer na junção do novo pavilhão com o edifício da escola pré-existente. A ausência de aquecimento no Pavilhão (apenas existe dentro dos balneários) faz com que não seja totalmente prazeroso as aulas neste local durante o inverno. Também assistir a um evento nas bancadas, quando está frio, é bastante desconfortável, quer pela falta de aquecimento, quer por os espectadores se terem que sentar diretamente no cimento gelado. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pela secretária e pela Presidente do Conselho Geral. ----

----- Esta ata é composta por seis páginas. -----

----- Agrupamento de Escolas da Sé, vinte e um de novembro de dois mil e vinte e quatro. -----

A Secretária

A Presidente do Conselho Geral

(Paula Marques)

(Carlota Araújo)